

# 1 TESSALONICENSES: EPÍSTOLA E PEÇA RETÓRICA

*José Roberto C. Cardoso\**

## RESUMO

Neste ensaio, o autor utiliza uma metodologia sincrônica (crítica retórica) como ferramenta de leitura da 1 Tessalonicenses. Trata-se de experimentar ler a epístola com os olhos dos leitores do primeiro século a partir da retórica. Tanto Paulo como os seus leitores estavam habituados com as convenções retóricas de sua época, e essas norteavam os discursos e a elaboração das cartas no mundo antigo. Concluindo, ele irá apontar os méritos dessa ferramenta na teologia contemporânea.

## PALAVRAS-CHAVE:

Retórica, epístola, gêneros retóricos, figuras retóricas, discurso forense.

## INTRODUÇÃO

Este ensaio tem por objetivo situar 1 Tessalonicenses dentro das convenções epistolográficas e retóricas do primeiro século da antiguidade greco-romana, considerando particularmente a estratégia literária de Paulo. Pelo que, naquela época, a epistolografia e a retórica encontravam-se harmonicamente unidas enquanto práticas literárias. O estilo, a argumentação e os objetivos eram ditados pelos princípios retóricos, e as formas das cartas eram classificadas dentro dos gêneros retóricos.

O procedimento metodológico que pretendemos adotar aqui é dedutivo. Iniciamos situando a carta como um todo no contexto da epistolografia antiga, descrevendo seus procedimentos e, finalmente, categorizando a carta.

---

\* O autor é professor do Centro Presbiteriano de Pós-Graduação Andrew Jumper e doutorando em Novo Testamento (Umesp).

## I. A EPÍSTOLA DE 1 TESSALONICENSES

Quando o apóstolo Paulo decidiu escrever aos tessalonicenses, aproximadamente no ano de 50 d.C., (Köster, 1988) estava, na realidade, lançando mão de um meio de comunicação de forte tradição e com bem assentadas convenções em sua época. Originalmente, o termo epístola (do grego, *e\*pisto-lhv*) referia-se a uma mensagem transmitida oralmente por um *courier* (mensageiro) (White, 1986). Foram os persas, segundo estudo de Luther Stirewalt, os responsáveis pela transformação da mensagem oral em escrita (White, 1986). No entanto, a presença do mensageiro/portador garantia o caráter oral do escrito (White, 1986). É importante lembrar, ainda, que toda leitura era feita em voz alta. A leitura silenciosa é uma prática mais recente. Em At 15.23, há um exemplo dessa prática comum, quando se diz que Filipe “ouve” a leitura feita pelo eunuco etíope.

O recurso à carta surgiu na antigüidade da necessidade de comunicação entre indivíduos que se encontravam geograficamente distantes uns dos outros. O impedimento da presença em pessoa fez dela o melhor porta-voz. É verdade que se fizeram necessárias diversas tentativas e versões, a fim de se evitar que seu conteúdo ficasse obscuro ou ambíguo. Para tanto, o escritor tinha de ter em mente a impossibilidade do destinatário de pedir esclarecimentos sobre qualquer ponto em questão. Além disso, para se obter a comunicação efetiva, recomendava-se utilizar certas terminologias próprias, convencionais.

E todas essas instruções eram ministradas desde a infância nas escolas do mundo mediterrâneo. Estudantes exercitavam-se copiando cartas, imitando estilos, aprendendo formulações que respeitavam as exigências sociais estabelecidas e toda uma gama de recursos retóricos (Stowers, 1986). Esses exercícios visavam a dar a flexibilidade ao aprendiz, de modo que fosse capaz de se ocupar de qualquer tipo de carta que exigissem dele. Além disso, escreviam-se manuais que pretendiam reger os procedimentos epistolares. Mas as orientações desses manuais nem sempre eram obedecidas na prática. Como se pode observar em muitas escolas até o dia de hoje, havia uma certa distância entre o ideal e a prática.

Conforme J. L. White (1986, p. 190), a carta atendia a três propósitos bem definidos: “(1) fornecer informações; (2) fazer petições ou dar ordens/instruções; e (3) desenvolver ou manter contato pessoal com os recipientes”. Essas funções epistolares modelavam as espécies de cartas no mundo helenístico. O relatório militar ou da burocracia estatal atendia ao primeiro item. As relações sociais entre inferiores e superiores, entre iguais e entre mestres e alunos encaixavam-se no segundo item. Já a correspondência de amizade e familiar pertenciam ao terceiro. Para os antigos escritores, esse último tipo de correspondência era o mais estimado, comparado a um dom.

Ademais, qualquer tipo de escrito ou texto podia ser formatado em uma carta, pois no mundo helenístico ela era dotada de amplas possibilidades. Nesse sentido, Stowers comenta que:

Uma carta pode pertencer a uma troca de cartas ou outros textos, e pode incorporar porções desses textos em si mesma na forma de uma conversação imaginária. Por causa de sua natureza, a carta é apta para assimilar textos pertencentes a outros gêneros. Assim a carta tem freqüentemente servido como moldura para ensaios, narrativas e poesias. Em tais casos a aparente ocasião epistolar e a audiência podem se tornar puramente fictícias (Stowers, in: Freedman, 1992, v. IV, p. 290).

Assim, era possível até formular qualquer discurso em epístola, seguindo as linhas ditadas pela retórica greco-romana. Tudo dependia exclusivamente do escritor, do(s) destinatário(s), da ocasião e do conteúdo. Tem-se por certo que Paulo valeu-se desse expediente (Betz, 1979; Jewett, 1986; Mack, 1990; Witherington, 1995). Além disso, como dizíamos anteriormente, havia certas noções retóricas que orientavam as diversas modalidades de carta. Perguntamo-nos, a essa altura, em que modalidade a carta em tela poderia ser classificada? Para responder a essa pergunta, deve-se antes ter uma idéia da variedade de estilo de carta. Sabe-se que Pseudo-Libanus identifica quarenta e um tipos de carta (White, 1986). Já Pseudo-Demetrius arrola vinte e um tipos de carta. Para se ter uma noção dessa variedade, transcrevemos, a seguir, a tipologia do último (White, 1986, p. 203):

Amigável (*filikov*)  
 Comendatória (*sustatikov*)  
 Censura (*memptikov*)  
 Condenatória (*o\*neidistikov*)  
 Consolação (*paramuqhtikov*)  
 Severa (*e\*pitimhtikov*)  
 Admoestação (*nouqethtikov*)  
 Ameaçadora (*a\*peilhtikov*)  
 Vituperativa (*yektikov*)  
 Louvor (*e\*painetikov*)  
 Consultiva (*sumbouleutikov*)  
 Suplicatória (*a\*xiwmatikov*)  
 Indagatória (*e\*rwthmatikov*)  
 Réplica (*a\*pofantikov*)  
 Alegórica (*a\*llhgorikov*)  
 Narrativa (*ai\*tiologikov*)  
 Acusatória (*kathgorikov*)  
 Apologética (*a\*pologhtikov*)  
 Congratulatória (*sugcrhtikov*)  
 Irônica (*ei\*rwnikov*)  
 Agradecimento (*a\*peucaristikov*)

White observa que muitos tipos de carta de Pseudo-Libanius coincidem com a listagem de Pseudo-Demetrius. Para efeito do presente artigo, entretanto, interessam-nos somente dois tipos de carta de Pseudo-Libanius: a *carta de parênese* (*parainhtikov*) e a *carta protréptica* (*protreptikov*).

### **I.1 CARTA DE PARÊNESE**

Antes de mais nada, é preciso que esclareçamos o que, afinal de contas, é uma carta de parênese ou parenética. De acordo com Pseudo-Libanius, carta de parênese “é aquela em que nós exortamos alguém [...] a perseguir ou evitar alguma coisa” (Stowers, 1986, p. 92). Uma das características da carta parenética é a exortação, para que se *preserve* certo modo de vida. Não se trata de exortar o leitor a abraçar um caminho novo, mas de enfatizar o que já é do conhecimento do leitor.

Outra característica da carta de parênese é que ela pretende “fornecer um modelo de comportamento ao qual o leitor é explícita ou implicitamente incitado a imitar” (Stowers, 1986, p. 95). Um recurso para isso é o comportamento do autor da carta. Para Pseudo-Libanius, a parênese se preocupa com padrões de comportamento básicos que não podem ser contraditados. Esses padrões têm sua origem na conceitualização do que é honroso ou vergonhoso (Stowers, 1986). A carta parenética exibía uma ampla gama de possibilidades, quais sejam, entre outras (Fiore, in: Freedman, 1992):

(a) Mandamentos, (b) proibições, (c) conselho, (d) advertência, (e) máximas, (f) preceitos, (g) conselhos como declarações, (h) comparações, (i) explicações, (j) apelos para a ação, (k) catálogos de vícios e virtudes, (l) sofrimentos, (m) apelo para autoridade e conhecimentos comuns, (n) [...] técnicas retóricas como hipérbole, antítese, paradoxo, ironia.

Deve-se acrescentar, ainda, que o próprio comportamento do remetente era usado como exemplo a ser imitado ou o comportamento dos oponentes que devia ser evitado, além de repreensões leves e palavras de consolo.

1 Tessalonicenses apresenta traços muito fortes no que se refere ao estilo parenético. Isso fica evidente, por exemplo, quando Paulo recorda aos seus leitores de como eles receberam a palavra do evangelho (1.6; 2.13). A carta não apela para uma conversão, mas relembra que os leitores já se converteram (1.9), demonstrando sua eleição por meio de suas obras (1.3, 4).

Já o exemplo a ser imitado é o do missionário, bem como das igrejas da Judéia (1.6; 2.14;) e seu comportamento, que, por sua vez, é contrastante com o de pregadores inescrupulosos (2.1-12). O tema do sofrimento apostólico também é mencionado (2.2), visando a fortalecer a comunidade em seus

próprios sofrimentos (2.14). A instrução contida na carta não é algo novo, mas recordação da instrução já recebida (4.2, 9; 5.1), para que se continue a praticá-la (4.1).

Paulo também não hesita em usar de advertência (4.6-8), e em ordenar o progresso na fé (4.11). O reconhecimento constante do aperfeiçoamento de seus leitores e a contínua palavra de incentivo ficam evidentes no texto: alegria pelas boas notícias do estado espiritual da comunidade (3.6); oração de intercessão pelo crescimento de amor mútuo (3.13); vida agradável a Deus (4.1); prática do amor e recomendação para seu contínuo desenvolvimento (4.10-11), cuja a base é o comportamento honroso para com os de fora (4.12).

Paulo também revela uma intenção consoladora ao responder às dúvidas de seus leitores com respeito aos que faleceram (4.13-18) e à vinda do Senhor (5.1-11). Finalmente, não se devem esquecer os diversos preceitos listados em 5.12-22 que completam o quadro exortativo da carta.

### **I.II CARTA PROTRÉPTICA (*protreptikou*)**

É essencial para a segunda parte deste capítulo (crítica retórica) esclarecer, antes de mais nada, a natureza deste tipo de carta. O discurso protréptico visava a persuadir a audiência a abraçar “um novo e diferente caminho de vida” (Stowers, 1986, p. 92). A carta protréptica era muito usada pelos filósofos para persuadir as pessoas a aderir à sua escola filosófica e a dedicarem-se a um modo de vida que conduziria à felicidade. Tratava-se da mensagem inicial pregada, tanto pelos filósofos quanto pelos missionários cristãos, por ocasião da inauguração de novas comunidades. No caso da carta, em si, o remetente convencia os seus leitores da superioridade do caminho proposto e dos benefícios advindos dele, visando a persuadi-los à conversão. Assim, o seu conteúdo deveria apresentar-se em termos de inovação. A mensagem pretendia, portanto, dissuadir os ouvintes de manter seu velho estilo de vida, devido à sua inferioridade, falta de méritos e obscuridade, e apresentar uma nova forma de vida superior e iluminada. Para isso, contava com um forte apelo emocional.

A essencial diferença entre a carta protréptica e a carta de parênese reside no fato de a primeira exortar à adesão e iniciação dos ouvintes a um determinado estilo de vida proposto, e a segunda, à continuidade e progresso no estilo de vida já adotado.

Paulo exortou seus ouvintes a abandonarem os antigos deuses e a se voltarem para o Deus vivo e verdadeiro, depositando a sua esperança na vinda de Jesus ressuscitado (1.9-10). O princípio, estimado pelos filósofos sérios, era o de apresentar o discurso sem usar de artifícios escusos e repletos de bajulação (2.3-6). A mensagem deveria ser revestida de honestidade e

se necessário, poder-se-iam até usar palavras duras para que os ouvintes se conscientizassem da seriedade de seu conteúdo, que os convidava à preservação de um estilo de vida verdadeiramente cristão.

## II. A ESTRUTURA DA CARTA

Como toda boa redação, no mundo greco-romano, a carta apresentava uma estrutura padrão, dividida em três partes: abertura, corpo e encerramento.

Na abertura, escrevia-se os nomes do remetente, do destinatário e uma saudação (*caivrein*). Paulo frequentemente expandia os elementos da abertura. Vez ou outra, adicionava elementos pessoais, tanto de identificação de sua autoridade como apóstolo, como adjetivos que descreviam a comunidade, à que ele estava se remetendo (“*a\*gaphtoi~ qeou~, klhtoi~ a&givoi*”[Rm 1.7]; “*h&giasmevnoi e\*n Cristw/~ \*Ihsou~, klhtoi~ a&givoi...*”[1 Co 1.2]), substituindo a saudação usual, nesse caso, por uma combinação de expressões helenísticas e judaicas, resultando em “graça e paz” (*caivrein* se torna *cavriV. ei\*rhvn* tradução de *shalom*).

O encerramento das cartas constava de uma saudação final (*e\*rrwso*), podendo muitas vezes ser acrescido do desejo expresso de saúde. Nessa parte, Paulo também prevê os seus projetos de visita (Rm 15.22-29; 1 Co 16.5-9); menciona recomendações de alguém (Rm 16.1, 2); nomes de outros colaboradores (Rm 16.21-23); saudação de próprio punho (1 Co 16.21); saudações nominais para terceiros (Rm 16.3-15); incentivo à prática do ósculo santo entre os destinatários (Rm 16.16; 1 Co 16.20; 2 Co 13.12; 1 Ts 5.26) e uma bênção cristã (1 Co 16.13, 14; 2 Co 13.13; Gl 5.13; 1 Ts 5.28) ou doxologia (Rm 16.25-27).

O corpo é introduzido por uma ação de graças, em que geralmente se insinua os temas que serão tratados na carta. Segue-se o tratamento do assunto em questão (pedido, recomendação, informação, relatório, decreto, acusação etc.). Paulo costumava valer-se de alguma fórmula introdutória, seguida dos assuntos em questão, planos de viagem ou visita e de muitas exortações de ordem prática.

A epístola de 1 Tessalonicenses poderia, assim, ser esquematizada nas seguintes linhas gerais:

*Abertura (1.1-10)*  
 Remetente e destinatário: (1.1)  
 Saudação: (1.2)

*Corpo (1.2-5.22)*  
 Ação de Graças: (1.2-3.10)  
 Oração: (3.11-13)  
 Exortações: (4.1-5.22)

*Encerramento*  
 Oração: (5.23-24)  
 Pedidos finais: (5.25-27)  
 Bênção: (5.28)

1 Tessalonicenses destaca-se, ainda, por sua longa ação de graças (1.2-3.10), na qual diversos assuntos são tratados: a recepção do evangelho por parte dos leitores (1.2-10); o procedimento de Paulo em Tessalônica, como pregador do evangelho (2.1-12); o exemplo das igrejas da Judéia (2.13-16); a visita pretendida, ainda que frustrada (2.17-20); o envio de Timóteo (3.1-5); o retorno e o relatório de Timóteo (3.6-10). Paulo passa com delicadeza de um assunto a outro, utilizando fórmulas de transição (cf. 2.1, 13, 17; 3.1, 6). O mesmo se dá na continuidade (4.1-2, 9, 13; 5.1, 12, 23).

Todas as formulações de Paulo em cada carta têm uma razão específica de ser. Na realidade, todas as suas cartas possuem finalidades litúrgicas, isto é, foram concebidas para o culto comunitário. Isso se evidencia nitidamente em 1 Tessalonicenses, principalmente nos seguintes trechos: referência aos destinatários (1.1); expressões de ação de graças (1.2; 2.13; 3.9); referências à vinda do Senhor (1.10; 2.12, 19; 3.13; 4.16; 5.2, 23); orações (3.11; 5.23-24); referências ao ósculo santo (5.26); à leitura pública (5.27) e à bênção apostólica (5.28).

### III. CRÍTICA RETÓRICA

1 Tessalonicenses pode ser estudada nos moldes da retórica greco-romana do primeiro século da era cristã. Para isso, parte-se do pressuposto de que Paulo era um judeu bem-educado e familiarizado com a cultura helenística. Tanto a cidade de Tarso quanto a de Jerusalém possuíam escolas que difundiam as regras da arte de discursar e proporcionavam a Paulo suficiente conhecimento de retórica. Some-se a isso o fato de o auditório de Paulo ser preponderantemente formado de gentios oriundos da cultura helenística. Mesmo que os ouvintes não tivessem instrução equiparável à de Paulo, no entanto, estavam afeitos aos procedimentos retóricos mínimos empregados, quer por filósofos pregadores de mercado, quer pelos oradores nas assembleias públicas ou nas cortes de justiça. Paulo demonstra os seus conhecimentos retóricos em suas cartas ao utilizar a *metáfora* (1 Co 12.12), a *antítese* (Rm 8.13), a *ironia* (1 Co 4.8; Gl 5.15), a *prosopopéia* (Rm 8.19; 1 Co

12.15,16), a *alegoria* (Gl 4.24), a *hipérbole* (1 Co 4.15; Gl 1.8), a *anáfora* (1 Co 6.11,12; 11.3), o *epanodos* (2 Co 1.3), o *sinezeugmenon* (Fp 3.10), a *paranomásia* (2 Co 9.8) etc. Acresce-se a isso, como fonte secundária, os relatos do livro dos Atos dos Apóstolos, em que Paulo é descrito como hábil orador que expõe o evangelho com intuito de levar os ouvintes à conversão (At 17.22-31), e fazendo a sua autodefesa diante de um tribunal romano estabelecido (At 22.1-21; 24.10-21; 26.1-23).

Outro dado sintomático é o fato de Paulo indicar um portador da carta. A distância entre a leitura de uma carta e o discurso oral podia ser diminuída pelo conhecimento pessoal do autor. Ele é quem melhor sabia quando dar mais ênfase ou quando deveria fazer inflexões na voz, já que a leitura, como foi observado era feita em voz alta. No caso de 1 Tessalonicenses, Timóteo (de origem grega), o portador da carta, foi considerado o mais habilitado para efetuar a oração no culto público.

A crítica retórica, portanto, tem como meta identificar as feições retóricas de um determinado texto bíblico descobrindo à que gênero pertence, sua estrutura e função de cada parte do discurso.

Para que o leitor situe-se melhor, estaremos apresentando, nas próximas seções, maiores informações sobre retórica clássica, suas partes, gêneros e estrutura dos discursos.

#### IV. RETÓRICA CLÁSSICA

De acordo com os historiadores, a retórica fazia parte do conjunto das sete artes liberais da Antigüidade. Elas se dividiam em *trivium* (gramática, retórica e dialética) e em *quadrivium* (aritmética, geometria, astronomia e música) (Mack, 1990). Somente o fato de estar fazendo parte desse seleto grupo de “artes” deixa entrever a função específica da retórica, posta lado a lado com a linguagem (gramática) e com o raciocínio e argumentação (dialética). Ao que tudo indica, seu papel é o de articuladora do correto exercício da linguagem com o correto exercício do raciocínio acrescentando a isso as diversas técnicas de persuasão e de expressão oral.

Quintiliano define retórica como a “arte de falar bem”, cuja finalidade é “persuadir” (Quintiliano, II, XVI). Semelhantemente, para Aristóteles, “retórica é a faculdade de ver teoricamente o que, em cada caso, pode ser capaz de gerar persuasão. [...] parece ser capaz de, por assim dizer, no concernente a uma dada questão, descobrir o que é próprio para persuadir” (Aristóteles, I, II.1). Retórica é, portanto, a arte de falar bem, visando a persuadir um determinado auditório a tomar uma dada posição frente a um assunto devidamente tratado.



## V. AS PARTES DA RETÓRICA

Para alcançar o seu intento, a retórica divide-se em cinco partes: (1) *invenção*, (2) *disposição*, (3) *locução*, (4) *memória* e (5) *pronúnciação* (Quintiliano, III, III).

### V.I INVENÇÃO (*inventio*)

Trata-se da busca das idéias e argumentos para se formar o discurso, fazendo um “inventário” do material necessário para a formulação do discurso. Essas idéias e argumentos devem ser dotados de solidez, evidência e verosimilhança, capazes de convencer (Mack, 1990). Tanto o manual de Aristóteles quanto o de Quintiliano trazem orientações a esse respeito. Além de fornecer vários modelos de argumentação, eles ensinam, também, como o orador poderia obter o seu próprio material. Adicione-se a isso listas de “tropos” (de significação: *metáfora*, *sinédoque*, *metonímia*, *antonomásia*, *onomatopéia*, *catacrésis*; de adorno: *epíteto*, *alegoria*, *enigma*, *ironia*, *perífrasis*, *hipérbaton* e *hipérbole*); de figuras de sentenças (figuras ideais para provar: *interrogação*, *prolépsis*, *dúvida*, *comunicação*, *suspenção*, *concessão*; figuras ideais para despertar afeto: *exclamação*, *licença*, *prosopopéia*, *apóstrofe*, *hipotiposis*, *ironia*, *aposiopesis*, *etopéia*, *dissimulação do artifício*, *ênfase*); de figuras de palavras (por aumento: *duplicação*, *anáfora*, *epístrofe*, *simploce*, *repetição*, *epanalepsis*, *epanodos*, *poliptoton*, *anadiplosis*, *sinonímia*, *expolicion*, *polissíndeton*, *gradação*; por diminuição: *elipsis*, *asíndeton*, *sinezeugmenon*; por semelhança: *paranomásia*, *antanaclasis*, *omoyoteleuton*, *omoyoptoton*, *isocolon*; pelos contrários: *antítese*); e citações (*chreía*) (Quintiliano, VIII, V.1.2; VIII, VI.1.2; IX, I.II.III).

À luz de Quintiliano, o inventário de Paulo em 1 Tessalonicenses tem por base inicialmente o relatório efetuado por Timóteo (1 Ts 3.6-10). A esse relatório, e dependendo dele, somam-se a atividade profissional de Paulo, exercida durante a sua estada em Tessalônica (2.1-12), a própria experiência de Paulo na tribulação (3.3,4), a palavra autoritativa do Senhor com respeito aos que dormem (4.15) etc. Deve ficar bem claro que o *Sitz im Lebem* (condições ou situação da vida presente) da comunidade tessalonicense é o ponto referencial para se fazer a invenção, que acabará permeando a carta/discurso de Paulo.

### V.II DISPOSIÇÃO (*dispositio*)

Por “disposição entendemos uma prudente distribuição que fazemos das idéias e partes do discurso, dando a cada qual seu lugar” (Quintiliano, VII, I.1.2). Tratava-se da seleção e ordenação do material necessário para a composição do discurso. A disposição do material obedecia intuições dos

retóricos, isto é, a melhor maneira de introduzir determinado assunto, o melhor conteúdo para a narração, a ordem dos argumentos, o desenvolvimento de subtemas, o ponto que merecia maior destaque e assim por diante. Disposição era entendida como uma atividade de engenharia, na qual se escolhia o melhor material e o melhor arranjo, como elucida Quintiliano:

[...] assim como não basta que o artífice tenha bons materiais para a feitura de um edifício, se não sabe dar-lhes uma boa ordem e colocação, assim por mais afluência de vozes que haja na oratória, só servirão para avultar e encher, se não se unem e ordenam entre si por uma competente disposição.

A ordenação do material obedecia esquemas retóricos padronizados. Um bom retórico distribuiria o material de modo que o discurso se apresentasse natural, isento de quaisquer artificialidades denunciadoras de sua confecção.

Certamente podemos observar essa “competente disposição” na carta de 1 Tessalonicenses. Os assuntos seguem-se um após outro. Tudo o que se diz prepara terreno para o que vem em seguida. E não há, em momento algum, mudanças abruptas no suave desenrolar das idéias.

### **V.III ELOCUÇÃO (*elocutio*)**

A elocução consiste na escolha das palavras mais apropriadas para revestir o discurso. Preocupava-se com as noções básicas de gramática, de sintaxe e a utilização correta das palavras em sua conotação e denotação. Sob esse item, discutia-se também as melhores figuras de retórica e transições de um tópico ao outro que melhor se encaixavam à prédica. Conselhos muito úteis sobre clareza e estética não faltavam. Em suma, tratava-se da composição do discurso que ocorria pouco antes da emissão efetiva da mensagem.

### **V.IV MEMÓRIA (*memoria*)**

A fim de que o discurso entregue se mostrasse como algo expresso com naturalidade, a memorização fazia-se muito necessária. Os manuais de retórica ensinavam técnicas específicas para isso. Quintiliano apresenta em seu manual uma técnica por associação. O princípio advém do fato de que, “quando voltamos a certos lugares depois de algum tempo, não somente os reconhecemos, senão que também nos lembramos do que neles fizemos, se nos representam as pessoas e às vezes nos voltam à memória os pensamentos ocultos” (Quintiliano, XI, II). Para melhor elucidar essa idéia, ele usa a metáfora de uma casa. A entrada da casa representa o primeiro pensamento ou abertura de acesso; os portais ao segundo pensamento; os pátios, ao terceiro e assim por diante. Terminado esse exercício, era feita uma revisão para averiguar a assimilação e completar as eventuais brechas ou lacunas que restavam.

### V.V PRONUNCIÇÃO (*pronunciatio*)

Quando perguntaram a Demóstenes, certa feita, qual era a parte principal da oratória. ele respondeu: “A pronúnciação”. Quando replicaram: “Qual seria a que vem depois desta?”. Ele disse: “A pronúnciação”. E quando insistiram: “Mas, e depois da pronúnciação?”, respondeu ele pela terceira vez “A pronúnciação” (Lopez, 1943). De fato, o objetivo último de todas as partes anteriores é o ato da “prédica”, entendida aqui como simples discurso retórico. Para se efetuar uma boa prédica, deveria-se observar os conselhos a respeito de técnicas oratórias. Eles visavam ao aprendizado, tanto dos diversos tipos de entonação como de gesticulações apropriadas para a pronúnciação. Preocupações de como cativar a concentração e de como comover o público eram discutidas nessa parte da retórica. Portanto, na prática, a pronúnciação nada mais era do que a fusão de todas as preocupações anteriores, no que diz respeito à retórica.

## VI. OS GÊNEROS RETÓRICOS

Os retóricos consensualmente classificavam em três, os gêneros de retórica. São eles: (1) o *gênero deliberativo*; (2) o *gênero demonstrativo*; e (3) o *gênero judicial*. Cada tipo de gênero era destinado a uma situação específica, a qual determinava o conteúdo de sua argumentação. Ao gênero deliberativo pertencia o discurso efetuado no conselho ou assembléia da cidade, a fim de se deliberar sobre assuntos de interesse comunitário. Já o discurso do gênero demonstrativo destinava-se às celebrações públicas. Finalmente, o discurso do gênero judicial associava-se às cortes de justiça, isto é, às sessões dos tribunais.

### VI.I GÊNERO DELIBERATIVO

A preocupação do gênero deliberativo era persuadir ou dissuadir ou, em outros termos, aconselhar ou desaconselhar o interlocutor. Tratando-se de assuntos públicos o discurso deliberativo pretendia demonstrar a utilidade e benefícios ou as desvantagens das causas em questão.

Outro aspecto do discurso deliberativo é que sua busca é a da felicidade. Em outras palavras, delibera-se a fim de alcançar uma condição de vida feliz:

Com leves diferenças, cada homem em particular e todos os homens em comum se propõem um fim, para cuja consecução buscam certas coisas e evitam outras. Este fim, digamo-lo sumariamente, é a felicidade e os elementos que a constituem. [...] uma vez que todas as discussões tendentes a aconselhar ou a desaconselhar giram em torno da felicidade, de suas partes componentes e daquilo que lhe é contrário. Daí, a necessidade de fazer tudo o que traz a felicidade ou alguma de suas partes,

ou aquilo que a aumenta, ao passo que se deve evitar fazer o que a destrói ou corrompe ou que suscita um estado contrário. Admitamos, pois, ser a felicidade um êxito que corre a par com a virtude [...] (Aristóteles, I, V.I.1-3).

Deve-se esclarecer que vida feliz não era dissociada da vida honrada. Não se deveria deliberar à parte do que era tido como honorável.

O destinatário da prédica era o membro da assembléia. Era ele quem teria de se pronunciar sobre a matéria que traria conseqüências futuras. Os retóricos eram concordes em situar o discurso deliberativo no futuro.

## **VI.II GÊNERO DEMONSTRATIVO**

O discurso demonstrativo preocupa-se com o louvor e a censura, com a honra e a vergonha. Enquanto o discurso deliberativo almeja a felicidade e a honra, o discurso demonstrativo preocupa-se com a sua manutenção. Louva-se o que (ou quem) tem honra, louva-se o belo, mas censura-se o vil e o feio. Halvor Moxnes (1988) demonstra, num artigo, aliás, muito bem escrito, a importância de “honra” e “vergonha” no mundo greco-romano dos tempos de Paulo. Conquistar o reconhecimento como sendo uma pessoa honorável era algo extremamente almejado e ser censurado ou envergonhado era o fantasma que aterrorizava muita gente no mundo greco-romano.

Nesse tipo de discurso, tanto homens quanto deuses, animais, cidades e agremiações podiam ser louvados ou vituperados. Enquanto o gênero deliberativo referia-se ao futuro, o gênero demonstrativo referia-se ao presente: “Para o gênero demonstrativo, o essencial é o presente, porque para louvar ou para censurar apoiamos-nos sempre no estado presente das coisas; contudo sucede que freqüentemente utilizamos a lembrança do passado ou presumimos o futuro” (Aristóteles, I).

## **VI.III O GÊNERO JUDICIAL**

O gênero judicial era o que recebia mais atenção dos retóricos, talvez por ser o mais complexo de todos e ser de caráter litigioso ao extremo, em toda a sua extensão. Esse tipo de discurso ocupava-se do justo e do injusto. O ouvinte exercia as funções de juiz e tinha de se pronunciar sobre o passado, pois o delito ocorria sobre fatos pretéritos. A ação judiciária também comportava dois lados, o da acusação e o da defesa. “Um homem citado para comparecer em juízo pode não contestar a realidade do fato ou do dano; mas o que por nada deste mundo ele não pode confessar é que tenha procedido injustamente, pois, em tal caso, não haveria matéria de processo” (Aristóteles, I). Portanto vem daí a necessidade de acusação e de defesa.

Apesar da classificação dos gêneros retóricos em três tipos, não se deve entender essa classificação como algo de caráter estritamente rígido. Tanto

Aristóteles como Quintiliano concordam que um determinado discurso pode assumir diferentes nuances em diferentes pontos da prédica. Nos discursos de caráter demonstrativo, pode-se observar porções do deliberativo e/ou judicial e vice-versa. Outrossim, os dois autores acima referidos enfatizam a proximidade existente e perfeitamente perceptível entre o gênero deliberativo e demonstrativo.

Essa constatação é importante quando pretendemos classificar o gênero de discurso, no qual se enquadra um texto específico, como o de 1 Tessalonicenses. E isso vale ainda mais em se tratando de um carta proveniente da Antigüidade.

## VII. A ESTRUTURA DO DISCURSO

De acordo com os manuais de retórica clássica, o discurso consiste de seis partes: (1) *exordium* (exórdio); (2) *narratio* (narração); (3) *propositio* (proposição); (4) *probatio* (prova); (5) *refutatio* (refutação); e (6) *peroratio* (peroração). Este esquema varia de um dicionário para outro, que pode eventualmente excluir algumas dessas classificações ou inserir outras, como, por exemplo, a digressão, dependendo do gênero, assunto, auditório e orador específico de cada discurso.

### VII.I DO EXÓRDIO (*EXORDIUM*)

Cada parte da estrutura desempenha determinada função dentro do discurso. Assim, o exórdio “é a entrada do assunto que vamos tratar” (Quintiliano, IV, I.1). A finalidade do exórdio é de ganhar a atenção dos ouvintes e de torná-los favoráveis ao orador. Os retóricos aconselhavam aos oradores obter certo conhecimento do tipo de platéia que receberia a sua prédica, para decidir em que termos dirigir-se a ela. Quando o auditório era adverso, o orador aplicava algumas técnicas para que aquele se tornasse mais afável. Aristóteles, citando Isócrates e Górgias, recomenda que o gênero demonstrativo, o exórdio, fosse introduzido com os temas a serem tratados no corpo do discurso (Aristóteles, III, XIV.1-2). Já o discurso judicial podia dispensar o exórdio.

### VII.II DA NARRAÇÃO (*NARRATIO*)

Narração é a exposição dos fatos que se deram ou poderiam ter sido dados. O consenso era de que deveria ser breve, clara e verosimilhante nesse momento. Não se deveria descer às minúcias, pois essas corriam o risco de confundir o ouvinte. A narração era o ponto de partida e referência contínua por todo o discurso. O orador, portanto, ressaltaria nela as circunstâncias que mais favorecessem a sua causa. Nos discursos deliberativos, a narração não se faz necessária.

### **VII.III DA PROPOSIÇÃO (*propositio*)**

A proposição é o momento da explicitação do assunto do discurso. Se mais de um tema é abordado, dá-se o nome de *partitio* ou divisão. Essa parte geralmente segue-se após a narração e em muitos casos pode ser omitida. A proposição não deve ser abrupta, mas suavemente transitar do item anterior para o seguinte.

### **VII.IV DA PROVA (*probatio*)**

A prova e a refutação formam o centro do discurso, em que se desenrola a argumentação central. O objetivo da prova era fundamentar o tema tratado. O gênero judicial incide sobre o ponto contestado pelo adversário e que necessita ser demonstrado. No gênero demonstrativo, a argumentação gira em torno dos fatos como belos e úteis. A prova no discurso demonstrativo deve ser salpicada aqui e ali de elogios. No gênero deliberativo, a prova incide sobre a coisa que se aconselha evitar de ocorrer (Aristóteles, XVIII.4). Poucas digressões eram admitidas no gênero deliberativo, mas o que era perfeitamente aceitável no judicial.

### **VII.V DA REFUTAÇÃO (*refutatio*)**

A refutação segue após a prova. Concentra-se em destruir as objeções feitas pelo adversário. Tanto numa deliberação como no tribunal, “quem fala em primeiro lugar deve começar por expor suas próprias provas e continuar atacando os argumentos contrários, ora destruindo-os, ora rebaixando o alcance deles” (Aristóteles XVII, 14). O que fala em segundo lugar deve iniciar destruindo as objeções para depois expor as próprias provas.

### **VII.VI DA PERORAÇÃO (*peroratio*)**

A peroração consiste em uma breve recapitulação dos pontos básicos que foram tratados e, ao mesmo tempo, busca conquistar a simpatia do auditório, como resposta ao discurso. Para tanto, lança-se mão de todos os recursos, seja a força das idéias, seja o colorido das imagens. Nesta parte, o orador torna-se inflamado buscando excitar o ânimo e os sentimentos dos ouvintes. Enquanto a narração e a argumentação (*probatio*) eram dominadas pelo raciocínio lógico, o que distingue a peroração é a emoção. A peroração poderia ser comparada a um raio, que produz um som estrondoso que antecede o silêncio, pois ao descer da tribuna o orador não poderia voltar a falar, instalando-se completo silêncio, deixando somente o eco das palavras no coração dos ouvintes.

## VIII. 1 TESSALONICENSES COMO PEÇA RETÓRICA

### VIII.1 O GÊNERO RETÓRICO DE 1 TESSALONICENSES

Depois de toda essa longa classificação, resta-nos agora definir, afinal de contas, em qual dos gêneros retóricos se insere a carta de 1 Tessalonicenses. George Kennedy tem classificado 1 Tessalonicenses como discurso deliberativo (1984). Em contrapartida, Charles A. Wanamaker (1990) e Robert Jewett (1988) a consideram como pertencente ao gênero demonstrativo. Concordamos particularmente com este último posicionamento.

Se, por um lado, levarmos em conta que 1 Tessalonicenses é uma carta parenética e que, como tal, insere-se na classificação feita por Pseudo-Libanius, que também considera a carta de parênese pertencente ao gênero demonstrativo (Stowers, 1986), por outro lado, se considerarmos 1 Tessalonicenses como carta protréptica, ela seria inserida no gênero deliberativo. Mas não é esse o caso.

Outro fator que ajuda a confirmar tal conclusão é o fato de 1 Tessalonicenses possuir um extenso bloco dedicado à ação de graças (1.2-3.10). Na ação de graças Paulo elogia os seus destinatários por seu comportamento exemplar (1.2, 3, 7, 8, 9; 2.13,14, 19, 20; 3.6, 9). E Paulo prossegue, demonstrando consideração pelo comportamento digno de reconhecimento de seus leitores (4.1, 9, 10). Ora, como o discurso demonstrativo era formulado para honrar ou censurar, portanto deve-se atinar para o fato de Paulo estar preocupado com o comportamento da comunidade cristã frente aos de fora (4.11). Mais uma vez reitera-se que honra e censura (ou vergonha) eram tidas como altamente importantes na sociedade greco-romana. Nesse sentido, Halvor Moxnes (1988) escreve:

No mundo greco-romano o grupo era mais importante que o indivíduo. O indivíduo recebia *status* do grupo. Portanto, reconhecimento e aprovação dos outros era importante. Interação entre pessoas era caracterizada pela competição por reconhecimento e a defesa de seu próprio *status* e honra. Recusar a reivindicação de uma pessoa por honra era expô-la à vergonha. A noção básica [...] de honra e vergonha é a de que elas representam o valor de uma pessoa aos seus próprios olhos e também aos olhos de sua sociedade.

Assim, a preocupação de Paulo com a boa imagem da comunidade diante da sociedade circundante trai sua aceitação do conceito vigente. Afinal, deve-se lembrar que as comunidades cristãs primitivas tinham muito que lutar para adquirir o seu direito de existência na sociedade de então.

Ao elogiar seus correspondentes, Paulo também estava criando o sentido de valorização e de auto-estima em um pequeno grupo que rompera com

seus valores antigos e núcleo social de origem para abraçar uma realidade completamente nova. Como discurso do gênero demonstrativo, 1 Tessalonicenses atende a essa estratégia.

### VIII.II A ESTRUTURA RETÓRICA DE 1 TESSALONICENSES

A estrutura retórica adotada aqui é baseada, com alguma modificação, na que é esboçada por Robert Jewett. Isso decorre do fato de se crer que ela atenda melhor às exigências do texto do que outras propostas:

1. *Prescrito epistolar* (1.1)
2. *Exordium* (1.2-10)
3. *Narratio* em três partes:
  - 1<sup>a</sup>) 2.1-12;
  - 2<sup>a</sup>) 2.13-16;
  - 3<sup>a</sup>) 2.17-3:10)
4. *Partitio* (3.11-13)
5. *Probatio* (4.1-5:22)
6. *Peroratio* (5.23-27)
7. *Encerramento epistolar* (5.28)

Como dizíamos, o formato de carta assegura-se pelo prescrito (1.1) e o encerramento (5.28) assegura esse aspecto. O exórdio (1.2-10) em forma de ação de graças pretende suscitar a atenção e a simpatia dos ouvintes, bem como insinuar os assuntos a serem tratados no discurso. Nesse sentido, vale resgatar aqui os conselhos de Aristóteles para um bom exórdio:

[...] começa-se por exprimir logo de entrada o que se pretende dizer e apresenta-se o plano [...] Os exórdios do gênero epidíctico (demonstrativo) tiram-se do elogio ou da censura [...]. O exórdio baseia-se então em considerações que dizem respeito ao ouvinte [...] Nos discursos como nos poemas épicos, os exórdios dão uma indicação do assunto para que o ouvinte seja informado da questão tratada e para que seu pensamento não fique em suspenso, visto que o que é indeterminado faz vaguear o espírito. Pondo, por assim dizer, entre as mãos do ouvinte o início da obra, faculta-se-lhe seguir sem interrupção o desenvolvimento (Aristóteles, III. XIV.1.2.6).

Ao exórdio segue a narração. Essa vem dividida em três partes e pretende ser a declaração de fatos ocorridos. Sua função é fundamentar a argumentação posterior. Nela se evidencia o *ethos* do remetente, além de se pretender suscitar o *pathos* (afeição) dos destinatários e legitimar a necessidade do *logos* (conteúdo do discurso). A narração (*narratio*) tem a função de reportar o leitor aos fatos passados e que agora legitimam o discurso e o caráter do orador/escritor (*ethos*). A narração acontece em 2.1-12 e tem forte tom



apologético. O próximo passo é fazer a proposição, que no caso toma o nome de *partitio*, pois temos mais de uma (amor mútuo, santidade, comportamento honroso e a *parousia* do Senhor, 3.11-13).

A prova (*probatio*) comporta o desenvolvimento das proposições. Seu caráter é estritamente parenético e instrutivo, isto é, aclarando o que se mostrou obscuro na ausência de Paulo.

Quase no fim da carta vem a peroração (*peroratio*), que é bastante breve. O exercício contínuo da espiritualidade e a referência à *parousia* são recapitulados em uma expressão de desejo do apóstolo. O restante da peroração tem sabor de fim de culto ao referir-se às considerações litúrgicas, ou seja, oração em prol dos remetentes, ósculo santo e exortação à leitura pública da carta. Finalmente, a bênção encerra o escrito e faz retornar a moldura epistolográfica.

### CONCLUSÃO

A análise retórica e epistolográfica (crítica retórica) tem-se mostrado muito eficiente na compreensão da forma e do conteúdo dos escritos do Novo Testamento. Sua contribuição tem ajudado a compreender trechos outrora atribuídos a interpolações ou editoração posterior, percebe-se que o autor (e.g.: Paulo) poderia ter lançado mão de um recurso retórico como o da digressão, perfeitamente legítimo para a cultura mediterrânea do primeiro século em que surgiu o cristianismo. Além disso, a crítica retórica auxilia na compreensão da intencionalidade do escrito (seja forense, deliberativo ou epidídico) e percebe a força do texto. Outrossim, a aplicação da crítica retórica auxilia a compreensão de textos em que a tônica é figurativa, às vezes até irônica, evitando que o intérprete transforme um recurso absurdo em doutrina. Com respeito à 1 Tessalonicenses, a compreensão da retórica utilizada por Paulo ajuda o leitor a perceber todo o processo de comunicação entre o apóstolo e a comunidade e, ao mesmo tempo, a ser interpelado pelo discurso deliberativo.

### REFERÊNCIAS

- ARISTÓTELES. *Arte retórica e arte poética. (Art Rhétorique et Art Poétique)*. Trad. Antônio Pinto de Carvalho. Rio de Janeiro: Ediouro.
- AUNE, David E. *The New Testament in Its Literary Environment*. Philadelphia: The Westminster Press, 1987. v.8.
- BETZ, Hans Dieter. *Galatians. Hermeneia: A Critical and Historical Commentary on the Bible*. Philadelphia: Fortress Press, 1979.
- FREEDMAN, David Noel (Ed.). *The Anchor Bible Dictionary*. New York: Doubleday, 1992.

- JEWETT, Robert. *The Thessalonian Correspondence*. Philadelphia: Fortress Press, 1988.
- KENNEDY, George A. *New Testament Interpretation Through Rhetorical Criticism*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1984.
- KÖSTER, Helmut. *Introducción al Nuevo Testamento*. Salamanca: Ediciones Sigueme, 1988.
- LOPÉZ, Joaquín María. *Oratoria*. Buenos Aires: Cúspide, 1943.
- MACK, Burton L. *Rhetoric and the New Testament*. New Testaments Series. Philadelphia: Fortress Press, 1990.
- MOXNES, Halvor. Honor, Shame, and the Outside World in Paul's Letter to the Romans. In: NEUSNER, J. (Ed.). *The Social World of Formative Christianity and Judaism*. Philadelphia: Fortress Press, 1988.
- QUINTILIANO, M. Fabio. *Instituciones Oratorias (Institutio Oratoria)*. Trad. Ignacio Rodríguez e Pedro Sandier. Buenos Aires: Librería El Ateneo, 1944.
- STOWERS, Stanley K. *Letter Writing in Greco-Roman Antiquity*. Philadelphia: Fortress Press, 1986. v. 5.
- WANAMAKER, Charles A. *The Epistles to the Thessalonians*. Grand Rapids: Eerdmans, 1990.
- WHITE, John L. *Light from Ancient Letters*. Philadelphia: Fortress Press, 1986.
- WITHERINGTON III, Ben. *Conflict & Community in Corinth: A Social-Rhetorical Commentary on 1 and 2 Corinthians*. Grand Rapids: Eerdmans, 1995.

### **ABSTRACT**

In this article the author uses of a synchronous methodology (rhetorical critic) as a tool for the reading of the 1 Thessalonians. Thereby he is trying to read the the epistle with the eyes of the readers of the first century rhetorics. Paul as well as his readers were much accustomed to the rhetorical conventions of their time. And these also routed the speeches and the elaboration of the letters in the old world. As a conclusion he will show us the merits of the used tool in modern theology.

### **KEYWORDS**

Rhetorical critic, epistle, rhetorical genres, rhetorical figures, forensic speech.